

**PARECER CONCLUSIVO DO GESTOR DA UNIDADE**

(art. 189 da IN n. 02/16 TCESP)

**PROCESSO N.** \_\_\_\_\_

( ) Convênio

( ) Termo de Colaboração ou

( ) Termo de Fomento

**Número do Instrumento.** \_\_\_\_\_

**PROCESSO PREST. CONTAS Nº.** \_\_\_\_\_

**OSC:** \_\_\_\_\_

**FINALIDADE ESTATUTÁRIA:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_ **CEP:** \_\_\_\_\_

**MUNICÍPIO:** \_\_\_\_\_

**NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL DA ENTIDADE:** \_\_\_\_\_

**CPF. Nº.** \_\_\_\_\_

**DESCRIÇÃO DO OBJETO:** \_\_\_\_\_

**FONTE DOS RECURSOS:** Tesouro Federal ou Estadual ou Municipal<sup>1</sup>

| Parcela | Datas | Valores |
|---------|-------|---------|
| 1       |       |         |
| 2       |       |         |
| .....   |       |         |
| Total   |       |         |

<sup>1</sup> Deverá ser emitido um Parecer para cada fonte de Recurso

**RENDIMENTO PROVENIENTE DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS: R\$ 0,00**

**PRESTAÇÕES DE CONTAS:**

| <b>Prestação de Contas<sup>2</sup><br/>e Período</b> | <b>Datas<sup>3</sup></b> | <b>Conclusão<sup>4</sup></b> | <b>Sanção<sup>5</sup></b> |
|--|--------------------------|------------------------------|---------------------------|
|  |                          |                              |                           |
|  |                          |                              |                           |
|  |                          |                              |                           |

**VALORES APLICADOS NO OBJETO DO REPASSE:**

| <b>Parcela</b> | <b>Período</b> | <b>Valores aplicados</b> | <b>Glosas</b> |
|----------------|----------------|--------------------------|---------------|
| <b>1</b>       |                |                          |               |
| <b>2</b>       |                |                          |               |
| <b>.....</b>   |                |                          |               |
| <b>Total</b>   |                |                          |               |

**VALOR DO RECURSO RECEBIDO NO EXERCÍCIO : R\$ 0,00**

**SALDO REMANESCENTE DO EXERCÍCIO ANTERIOR : R\$ 0,00**

**SUBTOTAL : R\$ 0,00**

**VALOR PRESTADO CONTAS : R\$ 0,00**

**SALDO TRANSFERIDO PARA O EXERCÍCIO DE 2.0XX : R\$ 0,00**

**VALOR DEVOLVIDO ATRAVÉS DE GUIA DE RECOLHIMENTO: R\$ 0,00**

**REALIZAÇÃO DE VISITA *IN LOCO*: ( ) SIM ( ) NÃO**

---

<sup>2</sup> Prestação de Contas quadrimestral, final ou anual.

<sup>3</sup> Data em que o Município recebeu a prestação de contas.

<sup>4</sup> A conclusão poderá ser : regular, regular com ressalva ou irregular.

<sup>5</sup> A sanção poderá ser: advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

Após análise dos documentos apresentados pela OSC \_\_\_\_\_ em cumprimento à Instrução Normativa nº. 02/2016 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente aos repasses ao Terceiro Setor, emitimos **PARECER CONCLUSIVO REGULAR (OU REGULAR COM RESSALVA OU IRREGULAR)** à mencionada Prestação de Contas de 2.0XX e atestamos ainda que:

- 1) O recebimento da Prestação de Contas ocorreu em XX/XX/20XX e a OSC está ciente da aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;
- 2) O regular funcionamento da OSC que recebeu os recursos;
- 3) O objeto dos recursos repassados foi para atender despesas de Convênio, sendo alcançados os resultados e obtida a economicidade em relação ao previsto no Plano de Trabalho apresentado, havendo compatibilidade entre as atividades desenvolvidas com recursos próprios e as verbas públicas repassadas e as metas propostas e resultados alcançados, conforme análise quantitativa e qualitativa realizada no Parecer Técnico Conclusivo do Gestor da Parceria;
- 4) Houve o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;
- 5) Houve a regularidade dos gastos efetuados em perfeita contabilização, atestados pelo Órgão Concessor;
- 6) Houve a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas (somente quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal prevista no plano de trabalho. Se não for o caso, excluir do rol);
- 7) Que as cópias dos documentos das despesas correspondem aos originais apresentados pela OSC nos quais constam a identificação da entidade beneficiária, o tipo de repasse obtido, número do ajuste e o Órgão repassador a que se referem;
- 8) Foram atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e economicidade;
- 9) A existência e o funcionamento regular do controle interno do ente público concessor, conforme ato expedido pelo Prefeito.

Jundiaí, XX de XXXXX de 20XX.

**XXXXX XXXXXX XXXX**

Gestor da Unidade de XXXXXXXX